

A adoção do modelo anglo-americano de ensino de enfermagem na capital paulista¹

Andréa Raquel de Souza
Suely de Souza Baptista

Resumo

Estudo sócio-histórico que tem por objeto as trajetórias das duas primeiras escolas de enfermagem que adotaram o modelo anglo-americano de ensino na capital paulista. São elas: a Escola de Enfermeiras do Hospital São Paulo (EEHSP) e a Escola de Enfermagem de São Paulo (EESP). Recorte temporal: 1938-1946. Objetivos: descrever as características dessas escolas à época de sua criação e discutir as circunstâncias que favoreceram tanto a criação como a equiparação das mesmas à escola oficial padrão. Os dados demonstram que a EEHSP foi a precursora do processo de reconhecimento da enfermeira diplomada pela sociedade paulista e teve como principal colaboradora Madre Domineuc. No ano de 1942, surge a EESP que se caracterizou como uma instituição abstraída de bases religiosas e teve a sua organização fortemente definida pelos preceitos norte-americanos de ensino de enfermagem. A figura de destaque nos primórdios de sua trajetória foi Edith Fraenkel, mulher de opinião estruturada e ideais definidos.

Palavras-chave: História da enfermagem. Brasil. Escolas de enfermagem.

Introdução

As trajetórias das duas primeiras escolas de enfermagem que adotaram o modelo anglo-americano de ensino de enfermagem, na capital paulista constituem o objeto deste estudo. São elas: a Escola de Enfermeiras do Hospital São Paulo² (EEHSP) e a Escola de Enfermagem de São Paulo (EESP)³. O recorte temporal compreende o período 1938-1946, sendo o marco inicial o ano de criação da EEHSP e o terminal o de equiparação da EEUSP à Escola de Enfermagem Anna Nery (EEAN)⁴.

Trata-se de uma pesquisa com abordagem sócio-histórica que tem como fontes primárias: - respostas contidas nos questionários aplicados às escolas em estudo; - documentos

pertencentes ao arquivo histórico do Departamento de Enfermagem da Unifesp e ao Centro de Documentação da EEAN; e o livro EE da USP: resumo histórico - 1942-1980, de autoria de Amália C. de Carvalho. As fontes secundárias que nos ajudaram a discutir o assunto incluíram literatura referente à História do Brasil, da Enfermagem e da Educação. Essas fontes foram buscadas na Biblioteca Setorial de Pós-Graduação da EEAN/UFRJ e no Banco de Textos do Nuphebras. Para a construção deste trabalho, elaboramos os seguintes objetivos: descrever as características dessas escolas à época de sua criação e discutir as circunstâncias que favoreceram tanto a criação

como a equiparação das mesmas à escola oficial padrão.

O contexto nacional dos acontecimentos

O período correspondente ao recorte temporal supracitado inclui dois ciclos governamentais com contextos e influências singulares, nos quais o Brasil passou por intensas transformações político-econômico-sociais, quais sejam: com maior destaque para esta pesquisa, o governo de Getúlio Vargas (1937-1945), pois nele são criadas as duas escolas e a EEHSP é equiparada à EAN, e parte do governo do general Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), no qual, no primeiro ano, aconteceu a equiparação da EESP. O primeiro desses ciclos compreende o período 1937-1945, intitulado Estado Novo⁵, no qual a vertente ideológica configurava-se em um regime ditatorial e populista, que abordava duas dimensões essenciais: uma simbólica, baseada na construção de um discurso marcante para a cultura política brasileira, e outra organizacional, estruturada na igualdade básica fundamentada num sindicalismo corporativo incorporado a um sistema político-partidário (GOMES,1997,p.41).

Cabe dizer que o perfil governamental de Getúlio Vargas moldava-se na modernização conservadora e que as diretrizes governamentais propalavam que a organização do país seria promovida através do desenvolvimento econômico e do bem-estar geral. Para a concretização desses objetivos, o governo precisava demonstrar a conquista da adesão da sociedade e, então, propôs-se a conter os conflitos sociais, minimizar as lutas partidárias e conter a liberdade de expressão, os quais eram

considerados como obstáculos à projeção do Estado Novo (ARRUDA,1998, p.189).

Do ponto de vista sócioeconômico, Vargas firmou alianças entre a burguesia civil, militar e industrial, visando promover um processo de industrialização que não desestabilizasse o contexto econômico da nação. Tal intento obteve um bom percentual de êxito, tanto que o setor industrial avançou de forma surpreendente principalmente no que dizia respeito à demanda siderúrgica⁶. Por outro lado, visando fortalecer cada vez mais o elo “governo-povo”, o presidente promulgou leis e decretos voltados para a valorização social do trabalhador, intento bem explicitado na composição da Carta Constitucional de 1937⁷ (ARRUDA,1998,p.190). Ao mesmo tempo, outros esforços foram envidados na construção e divulgação da figura do chefe de estado. Entre eles podemos ressaltar a importância dada à criação de escolas⁸, e a sua vinculação ao discurso de Vargas, e à divulgação dos principais projetos e realizações do governo⁹. Apesar de todo o empenho, Vargas acabou por ser combatido severamente em suas pretensões e decisões¹⁰ e, principalmente pela postura assumida por seu governo durante a 2ª Guerra Mundial, foi deposto no dia 29 de outubro de 1945.

O segundo ciclo governamental no qual o objeto deste estudo está inserido teve início em 31 de janeiro de 1946, quando o general Eurico Gaspar Dutra¹¹ assumiu a presidência do Brasil. A política imposta pelo governo Dutra, cujas diretrizes em muito se dissociavam da política anterior, principalmente no que diz respeito à vertente ideológica, levou a um distanciamento entre o governo e as camadas populares, acarretando-lhe contratempos e conferindo-lhe rotulações tais como

conservador e impopular. Uma das medidas que causou maior reação da população brasileira foi a prática de importação de produtos manufaturados norte-americanos. O principal resultado disso foi a falência de muitas indústrias nacionais e conseqüentemente, em virtude do panorama econômico, a emissão, em junho de 1947, de uma grande quantidade de papel-moeda, o que, ao aumentar o montante de dinheiro circulante, desvalorizou a moeda nacional e deflagrou a crise inflacionária no país¹².

Mediante a crescente insatisfação popular, o governo de Dutra envidou esforços na tentativa de reverter tal situação elaborando o Plano Salte, que tinha o compromisso de investir recursos financeiros em saúde, alimentos, transportes e energia. Este plano incluía ainda um programa voltado para a exploração, processamento e comercialização de petróleo brasileiro, a partir do capital advindo de setores privados e públicos, nacionais e estrangeiros. Mas essa disposição do governo provocou o descontentamento do governo norte-americano, que viu em tal dispositivo um instrumento de intervenção no seu espaço de atuação na economia brasileira¹³ (ARRUDA, 1998, p.205). Para amenizar tal situação, foi criada uma “Comissão Mista Brasil-EUA”, a qual estabeleceu medidas para o controle da inflação, mediante a contenção de salários e a instalação de leis que facilitassem a entrada do capital estrangeiro no país. Nesse ínterim, instalou-se um clima tenso e agitado, que culminou por deflagrar a campanha “O petróleo é nosso” em defesa do monopólio brasileiro (ARRUDA, 1998, p.205). Este ciclo governamental se encerrou em janeiro de 1951, quando Getúlio Vargas reassumiu a presidência do Brasil após vencer as eleições com demonstração de forte apoio popular.

São Paulo no espaço político-social brasileiro

Zenha (1948, p.161) relata que, por volta de 1530, a Coroa Portuguesa passava por dificuldades financeiras advindas de uma balança comercial desfavorável e que a solução encontrada em caráter emergencial foi ocupar e explorar outros territórios, entre os quais o Brasil. Assim, em 1532, foram instaladas as duas primeiras vilas de colonização portuguesa no país: a de São Vicente e a de Piratininga, sendo que, nesta última, foi fundado o Colégio dos Meninos de Piratininga pelos jesuítas, o qual propiciou o surgimento da atual cidade de São Paulo¹⁴. No decorrer dos anos, o Estado de São Paulo foi palco de um processo evolutivo no qual a sociedade foi envolvida, interferindo sobremaneira nos acontecimentos históricos de nosso país. Isso contribuiu para que o mesmo se estruturasse e se configurasse como um dos Estados mais importantes no contexto político-econômico nacional (HADAI, 1980, p.46). Entre 1900 e 1920, o contingente populacional de São Paulo duplicou em decorrência do início de um ciclo industrial de grande vulto para o Estado. A comprovação disso foi o investimento financeiro no setor industrial e urbano, levando à difusão da energia elétrica, importação de máquinas, remodelagem de avenidas, ruas e a canalização de rios (ALAMBERT, 1992, p.18).

O processo de industrialização em São Paulo foi ainda incrementado pela deflagração da 1ª Guerra Mundial, durante a qual se fez necessário aumentar a produção de manufaturados para atender a demanda interna. Tais fatos conferiram ao Estado paulista o “status” de grande pólo industrial brasileiro. Contudo, sua infra-estrutura social e política

não estava preparada para atender as necessidades básicas do contingente operariado que se constituiu, o que terminou por ocasionar importantes divergências entre empresários, governo e trabalhadores¹⁵. Vale dizer que os movimentos operários sempre fizeram parte da conjuntura social, política e econômica de São Paulo. Entre 1915 e 1929, ocorreram 107 greves no Estado, o qual, no ano de 1922, contava com um contingente de aproximadamente 138 mil operários, sendo um terço deste constituído de imigrantes¹⁶. Mesmo com tantos contratemplos, o setor industrial avançou em larga escala, fazendo com que a economia paulista decolasse e várias famílias prosperassem¹⁷, tendo como clássico exemplo a família Matarazzo¹⁸.

Em 1932, São Paulo foi cenário da chamada Revolução Constitucionalista¹⁹, que tinha como protagonistas membros da oligarquia cafeeira em oposição ao governo de Getúlio Vargas²⁰. Os planos revolucionários correspondiam à luta pela constitucionalização no país, além de discussões sobre a autonomia e supremacia de São Paulo sobre os outros Estados²¹. Entretanto, esse movimento fracassou²²; tropas federais bloquearam as fronteiras do Estado, a Marinha de Guerra tomou o porto de Santos e algumas cidades paulistas foram bombardeadas²³ (FAUSTO, 1999, p.346).

Mesmo vitorioso, Vargas não subestimou a força da elite paulista, uma vez que a economia brasileira ainda dependia das exportações de café. Assim, entre outras coisas, nomeou um interventor que era paulista e civil, o Dr. Armando de Salles Oliveira²⁴; convocou eleições para a Assembléia Constituinte e promulgou o “Reajustamento Econômico”²⁵ (Arruda, 1998, p.176).

O Brasil, no ano de 1934, foi marcado por intensas reivindicações operárias e manifestações da classe média. As campanhas contra o fascismo foram fortalecidas e, em outubro desse mesmo ano, ocorreu em São Paulo um violento embate entre as forças integralistas²⁶ e os antifascistas. Diante de tantas desordens, Getúlio Vargas decretou, em 1935, a Lei de Segurança Nacional, a qual lhe conferia amplos poderes para governar.

Como já dito anteriormente, em 1937, Vargas articulou planos para a instituição do golpe militar e político que originou o Estado Novo. Sabedor das articulações do governo federal, o interventor de São Paulo, Armando Salles de Oliveira, divulgou um protesto denunciando a iminência desse golpe. O resultado do manifesto foi a antecipação do referido golpe e a prisão de Armando Salles, que foi substituído por Adhemar de Barros²⁷.

O grande incentivo dado por Vargas, durante o Estado Novo, ao processo de industrialização do Brasil fez com que a economia paulista tomasse novos rumos e prosperasse. Com isso, São Paulo adquiriu as características de grande metrópole e com elas, o aumento da demanda demográfica em virtude das correntes migratórias que foram atraídas para esse Estado. O rápido crescimento demográfico da capital paulista foi igualmente acompanhado pelo da construção civil²⁸, o qual ficou muito bem evidenciado no surgimento de edifícios comerciais e conjuntos habitacionais na periferia da cidade (ARRUDA, 1998, p.217). A indústria paulista avançou, ganhou espaço e se estruturou como um dos principais pólos econômicos do país. Tanto que a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo passou a ter papel decisivo junto ao governo federal,

principalmente no que dizia respeito à aprovação de leis protecionistas e à criação de planos para a exploração sistemática das riquezas minerais do país.

Já durante o governo Dutra, o Estado de São Paulo experimentou uma série de contratemplos em decorrência dos abalos políticos e econômicos pelos quais passava o Brasil. Vários complexos industriais se viram envolvidos com a crise e, para tentar amenizar a situação, estabeleceram que o corte em massa de operários seria a solução mais adequada para o momento (FROTA, 1986, p.332).

Com isso, houve uma grande elevação nas taxas de desemprego no Estado, tornando ainda mais difícil a subsistência de grande parte da população e piorando a sua qualidade de vida. O desemprego passou a fazer parte do cotidiano de São Paulo, trazendo consigo problemas relacionados à saúde da população. Assim, o governo foi obrigado a tomar atitudes visando a busca de soluções que influenciaram, e muito, na construção do padrão médico-assistencial paulista.

Os primeiros passos da enfermagem na sociedade paulista

Os registros bibliográficos sobre cuidados de enfermagem no Estado de São Paulo datam de séculos anteriores ao recorte temporal deste estudo, mais precisamente no início do século XVI, com a instituição da primeira Santa Casa da Misericórdia no Brasil, em 1543, na Província de Todos os Santos.

Já no final do século XIX, foi evidenciada a assistência de enfermagem sendo prestada no Hospital de Isolamento²⁹, caracterizando-se

pelo trabalho voluntário. Nessa época, a então Província de São Paulo enfrentava um surto epidêmico de doenças infecto-contagiosas em virtude da alta concentração demográfica³⁰ contrastada por uma infra-estrutura urbana ineficaz (RIBEIRO, 1997, p.24).

Com o passar dos anos, os órgãos responsáveis pela prestação de serviços de saúde, entre estes últimos os de enfermagem, se viram obrigados a reformularem suas práticas, visando acompanhar as transformações sociopolíticas ocorridas no país.

Outros fatos também impulsionaram a implantação do ensino de enfermagem no Estado de São Paulo, como no caso da criação da Escola de Enfermeiras do Hospital Samaritano,³¹ no início do século 20. O referido hospital foi inaugurado em 1894, a partir de haveres deixado pelo sr. José Pereira Achau³², e desde a sua criação foi fundamentado em três princípios básicos: corpo clínico capaz, enfermagem de alto padrão e centro cirúrgico eficiente. O curso da Escola de Enfermeiras desse Hospital tinha a duração de três anos, sendo os três meses iniciais de estágio probatório. As candidatas eram senhoras ou jovens pertencentes às famílias protestantes; as alunas recebiam uma ajuda de custo de 90 a 150 mil réis; e o diploma conferido era o de habilitação em enfermagem (CARVALHO, 1965, p.154).

No ano de 1914, foi criada, em São Paulo, a Escola Prática de Enfermeiras da Cruz Vermelha, objetivando capacitar pessoal para atender principalmente aos feridos da 1ª Guerra Mundial. O curso tinha a duração de dois anos; a grande maioria das candidatas pertencia ou a famílias ilustres ou de militares, e faziam opção pela carreira por ser ela um meio de inserção na vida pública e honra

benemérita em serviço prestado à sociedade (CARVALHO, 1976, p.5).

No mês de abril de 1935, foi criada a Escola Municipal de Enfermagem e Obstetrícia, anexa à Santa Casa da Misericórdia de Ribeirão Preto. Essa iniciativa partiu de um grupo de médicos que identificou a necessidade de elevar o padrão dos serviços de enfermagem prestados aos pacientes. Contudo, essa Escola não chegou a funcionar, pois o regulamento da mesma não atendia as exigências da legislação do ensino de enfermagem vigente à época³³.

Como vimos, o Estado Novo foi instalado em 1937. Uma das vertentes ideológicas que nortearam esse período foi o grande investimento no sistema educacional brasileiro. E isso porque o governo Vargas identificou o ensino como o instrumento ideal para o alcance de dois objetivos primordiais: aumentar a disponibilidade de mão-de-obra qualificada e difundir a sua ideologia governamental (BAPTISTA, 1995, p.52). Tanto que em 1938, Getúlio Vargas promulgou o Decreto 421 que dispunha sobre o funcionamento das instituições de ensino superior, conferindo-lhes liberdade de atuação em concordância com o que havia sido exposto na Carta Constitucional de 1937³⁴ (CORTEZ, 1995). Um outro ponto de destaque desse contexto governamental foi a aliança entre o governo Vargas e a Igreja Católica. Isso veio proporcionar uma forte articulação de seu governo com as camadas populares da sociedade brasileira e consolidar seus alicerces na prática da política populista, a qual foi a pedra fundamental para o deslanche do governo intervencionista do Estado Novo (ARRUDA, 1998, p.198-205).

Entre o final da década de 30 e início da de 40 e em meio ao Estado Novo, são criadas duas escolas de enfermagem na cidade de São Paulo: a Escola de Enfermeiras do Hospital São Paulo (1938) e a Escola de Enfermagem de São Paulo (1942), ambas objeto de estudo deste trabalho.

A Escola de Enfermeiras do Hospital São Paulo

Ao estudarmos a história da criação da Escola de Enfermeiras do Hospital São Paulo é bem percebida a inter-relação desse acontecimento com a organização do Hospital São Paulo da Escola Paulista de Medicina (EPM). Uma das questões que nortearam a construção desse hospital, cuja sede provisória foi inaugurada em meados de 1936 foi a necessidade de se obter campo de estágio adequado ao ensino prático dos alunos de medicina da EPM. Em 1938, os professores da EPM iniciaram um ciclo de discussões sobre a necessidade de se elevar os padrões assistenciais no Hospital São Paulo. Naquela ocasião, foi salientado que a existência de um serviço de enfermagem qualificado e competente seria o veículo ideal para atingir tal objetivo (VIANNA, 2000, p.18). O passo inicial foi dado pelo Dr. Álvaro Guimarães Filho, que, orientado pelo contexto governamental da época, buscou firmar junto à Arquidiocese do Estado de São Paulo³⁵ uma aliança sólida que alicerçasse a organização de uma escola de enfermagem anexa à EPM (SOUZA e BAPTISTA, 2001, p.4).

Assim é criada a EEHSP no dia 4 de outubro de 1938, a qual foi equiparada à Escola Anna Nery em 24 de março de 1942³⁶, ano de diplomação da primeira turma. A sua base de

criação foi calcada no espírito religioso muito bem expresso no mandamento bíblico: “Amai-vos uns aos outros assim como vos amei” (S. João, 13-34), estabelecendo o lema: “Viver senão para servir”. Tais pretensões seriam alcançadas de acordo com o grau de abnegação investido na prática da enfermagem (EL KHALILI, 1971, p.17). Para auxiliar na organização da EEHSP, o diretor da EPM, dr. Álvaro Lemos Torres, solicitou a colaboração da Congregação das Franciscanas Missionárias de Maria³⁷, a qual prontamente atendeu a disposição da Escola de Medicina. Uma outra participação decisiva foi a de Laís Netto dos Reys³⁸, diretora da EAN, que, além de auxiliar na organização da EEHSP, foi a responsável pela inspeção de seus programas de ensino, ocorrida em maio de 1939. Em novembro desse mesmo ano, atendendo a solicitação da Portaria nº 251, do Ministério da Educação e Saúde, Laís Netto dos Reys retornou a São Paulo para proceder a verificação das condições de funcionamento da Escola³⁹.

A incumbência de dirigir as atividades didáticas da EEHSP foi conferida à Madre Marie Domineuc⁴⁰, a qual, em 12 de fevereiro



Figura1: Vista frontal da sede provisória do Hospital São Paulo, na década de 30, localizada na Rua Botucatu, nº 90, São Paulo/SP. Nesse mesmo local foi construída a sede definitiva da Escola de Medicina e do Hospital São Paulo. Fonte: site da EPM/Unifesp.

de 1939, assumiu interinamente a direção da Escola, sendo posteriormente substituída por Madre Maria das Dores⁴¹, diplomada pela EAN e que permaneceu no cargo de diretora da EEHSP até 1944, quando assumiu Maria Áurea Vieira da Cruz⁴².

Inicialmente, o corpo docente da Escola foi composto quase que exclusivamente por religiosas pertencentes à Congregação das Franciscanas Missionárias de Maria, excetuando os professores da EPM que lecionavam as cadeiras intituladas médicas. No entanto, para que pudessem lecionar na EEHSP, as Irmãs dessa Congregação tiveram que revalidar seus diplomas⁴³ cumprindo assim as disposições da legislação de ensino vigente no Brasil (FRANCO, 1997, p.17). A revalidação dos diplomas ocorreu em novembro de 1939, nas dependências da Escola Anna Nery, por uma comissão composta por: Laís Netto dos Reys; Zaira Cintra Vidal, instrutora das alunas da EAN; e oito professores da faculdade de medicina da Universidade do Brasil.

Por outro lado, a Escola mantinha intercâmbio com enfermeiras suíças, austríacas, italianas e espanholas, o que permitiu a elevação



Figura2: Inspeção da Escola de Enfermeiras do Hospital São Paulo, novembro de 1939. Da esquerda para a direita: Madre Domineuc, Laís Netto dos Reys e Ademar de Barros (Interventor do Estado de São Paulo). Fonte: Centro de Documentação da EEAN/UFRJ.

do padrão cultural e de conhecimentos das alunas, oferecendo, entre outros, a oportunidade de adquirir fluência verbal em outros idiomas (FRANCO, 1989, p.18).

Souza e Baptista (2001, p.9) ressaltam que, de acordo com o Regimento Interno da EEHSP, as candidatas que almejavam o ingresso na instituição tinham que atender os seguintes requisitos: apresentar a certidão de nascimento; ter concluído o ensino secundário (curso fundamental); apresentar atestado de idoneidade moral; possuir atestado de imunização contra varíola e febre tifóide; ter experiência anterior em serviço clínico, hospitalar, educativo ou comercial; ser brasileira ou naturalizada; e apresentar duas fotos 3x4. Caso não possuísse o certificado de conclusão do ensino fundamental, a candidata seria submetida a um exame constando de disciplinas como Português, Geografia, Matemática e Física.

A carga horária do curso foi estabelecida num total de 4200 horas distribuídas por 12 horas diárias, incluindo sábados e domingos e com férias não ultrapassando a 15 dias anuais, perfazendo os três anos de duração do curso. Inicialmente foi instituído que as alunas pagariam mensalidades (VIANNA 2000, p.21), o que veio a ser modificado mais tarde por ocasião da 89ª Reunião do Conselho Técnico-Administrativo da EPM, na qual foi aprovada a concessão de bolsas de estudo às alunas pertencentes à Congregação das Franciscanas Missionárias de Maria visando "... formar alunas não somente com as qualidades indispensáveis de habilitação mas com verdadeiros propósitos de continuar depois de formadas a carreira profissional ...". (Ata da 89ª Reunião do Conselho Administrativo – Fonte: Arquivo Histórico da Unifesp).

O fato é que, em seus primórdios, a EEHSP enfrentou dificuldades para atrair candidatas para o seu curso⁴⁴. Isso deveu-se tanto às rígidas regras que o embasavam quanto ao desconhecimento do papel da enfermeira diplomada, pela sociedade paulista. Segundo Pinheiro (1962, p.465), à época a enfermeira era vista pela população como "... aquela que por falta de opção melhor, põe a touca, cuida de doentes e recebe gorjetas ...". A providência da Igreja veio logo, tanto que, de acordo com a circular do Arcebispado de São Paulo, de 1939, cinco congregações inscreveram suas religiosas no curso da EEHSP: Franciscanas do Coração de Maria, Irmãs de São José de Chamberi, Irmãs de Santa Catarina, Franciscanas da Escola Gristans e Franciscanas Missionárias de Maria.

O fato é que, apesar de todos os percalços iniciais, a EEHSP conseguiu avançar e alcançar o reconhecimento da sociedade paulista, tanto que a procura pelo curso aumentou e, em 1941, já contava com 12 alunas inscritas. Na década de 40, quando se diplomou a primeira turma, a Escola foi referida como uma das melhores instituições de ensino no país (VIANNA, 2000).

Em 1942, a Escola de Enfermeiras do Hospital São Paulo foi uma das três primeiras escolas de enfermagem brasileiras equiparadas à Escola Anna Nery, sendo portanto reconhecida oficialmente como instituição que preparava enfermeiras no modelo anglo-americano de ensino de enfermagem.

A Escola de Enfermagem de São Paulo

Remontam à década de XX do século passado as primeiras providências para a criação da Escola de Enfermagem de São Paulo (EESP). E isso porque, no ano de 1925, a

Fundação Rockefeller (FR), mediante um acordo firmado com o governo do estado de São Paulo, dispôs-se a financiar a construção do prédio da atual Faculdade de Medicina da USP⁴⁵ e a compra dos equipamentos necessários ao funcionamento da mesma. Este acordo previa ainda a fundação de uma escola de enfermagem nos moldes da Escola Anna Nery⁴⁶ (PINHEIRO, 1962, p.3).

O interesse da FR na criação de uma escola de enfermagem em São Paulo foi grande e bem demonstrado nas correspondências trocadas entre a diretoria do Conselho Sanitário Internacional dessa Fundação, sediado no Rio de Janeiro, e as personalidades de São Paulo engajadas na situação (CARVALHO, 1989, p.26).

No entanto, no início da década de 40, parte daquele acordo firmado entre o governo de São Paulo e a Fundação Rockefeller ainda não havia sido cumprido. Isso culminou na vinda dos EUA, em maio de 1941, da chefe da seção de enfermagem da FR, Elizabeth Tennant, com o intuito de reavivar o acordo feito em 1925, no que se referia à fundação da escola de enfermagem.

As discussões sobre tal acordo foram agendadas e realizadas no Palácio Campos Elísios, com a presença de Miss Tennant, do Dr. Ademar de Barros, interventor de São Paulo, e do Dr. Fred L. Soper, diretor do Conselho Sanitário Internacional da Fundação Rockefeller. Esse grupo também reuniu-se várias vezes na Faculdade de Higiene e Saúde Pública da Universidade de São Paulo com o seu diretor, o dr. Geraldo de Paula Souza.

Um encontro que parece ter sido decisivo para os rumos das EESP foi o ocorrido entre Elizabeth Tennant, Fred Soper e o ministro da Educação e Saúde, Gustavo

Capanema, no qual o governo federal comprometeu-se a colaborar com a criação da escola e pôr à disposição do Estado de São Paulo a enfermeira Edith de Magalhães Fraenkel⁴⁷, a qual já havia sido convidada, em 1939, pela Fundação Rockefeller, para dirigir e lecionar na escola de enfermagem a ser criada em São Paulo. Visando seu preparo para tal empreendimento, entre 1940 e 1941, EMF estagiou por 6 meses em universidades norte-americanas sob os auspícios da FR.

Segundo Pinheiro (1967, p.4), as principais resoluções tomadas a partir das reuniões de Elizabeth Tennant foram: a criação, na USP, de uma escola de enfermagem anexa à Faculdade de Medicina e o levantamento de recursos humanos necessários ao funcionamento da futura escola.

Como resultados dessas reuniões, temos que o governo do estado de São Paulo propôs-se a: - contratar a enfermeira diretora e suas auxiliares⁴⁸ para planejarem a criação e o funcionamento da Escola; - selecionar as seis educadoras sanitárias que seriam preparadas no exterior para lecionar na escola; e - extinguir o curso de educadoras sanitárias do Instituto de Higiene, que funcionava desde 1924, após o início das atividades da escola de enfermagem.

Já a Fundação Rockefeller comprometeu-se a oferecer bolsas de estudos no exterior, tanto para a futura diretora da escola, Edith de Magalhães Fraenkel, quanto para as visitadoras sanitárias⁴⁹, as quais deveriam se especializar nas atividades de enfermagem hospitalar e de saúde pública. Além disso, doou uma certa quantia em dinheiro para que fossem montados a biblioteca e os laboratórios da escola de enfermagem.

Retornando ao Brasil em outubro de 1941, de mais uma bolsa de estudos nos EUA

iniciada em meados de 1940, Edith Fraenkel foi para São Paulo e deu início aos trabalhos de planejamento para a criação da Escola⁵⁰.

Finalmente, em 31 de outubro de 1942, foi assinado o Decreto-lei nº 13 040, pelo então interventor de São Paulo, Fernando Costa, que dispunha sobre a criação da Escola de Enfermagem e da sua anexação à Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, com as seguintes finalidades: - preparar enfermeiros técnicos para os serviços de saúde pública e hospitalar; - habilitar enfermeiros diplomados por escolas estrangeiras reconhecidas pelas leis de seus países.

Para ingressar na EESP, as candidatas deveriam atender os seguintes pré-requisitos: possuir diploma ou certificado de conclusão do curso normal ou ginásial; e documentos que comprovassem idade entre 18 e 35 anos e ser solteira ou viúva (CARVALHO, 1989, p.33).

No dia 13 de outubro de 1943, a professora Edith de Magalhães Fraenkel proferiu a aula inaugural da EESP numa das salas do Hospital das Clínicas, já que o prédio destinado à Escola só começou a ser construído em setembro de 1943. A primeira turma da EESP foi admitida com um total de 38 alunas, sendo que dessa turma pioneira apenas 17 concluíram o curso. Uma das questões levantadas para explicar tal fato foi que o ritmo intenso de trabalho no qual estavam inseridas as alunas⁵¹ destoava da jornada de trabalho conferida à professora primária, profissão na qual a maioria atuava antes de ingressar no curso da Escola.

Em 1944, chega ao Brasil a enfermeira norte-americana Ella Hasenjaeger, consultora de enfermagem do Instituto de Assuntos Interamericanos (Iaia/Sesp) que havia se diplomado pelo Teacher's College da Universidade de Columbia, New York, a qual participou ativamente das atividades docentes da EESP, incentivando inovações no currículo de enfermagem e contribuindo no processo de implantação das modificações programadas e sugeridas para a Escola (CARVALHO, 1989, p.57). Pinheiro (1967, p.5) afirma que, à época, os estágios das alunas eram realizados obrigatoriamente no Hospital das Clínicas, Hospital Central do Juqueri, Santa Casa de Misericórdia de Santos, Centro de Saúde do Instituto de Higiene e Centro de Saúde do Serviço Especial de Saúde Pública de Araraquara. Também nessas atividades, a diretora Edith de Magalhães Fraenkel teve a contribuição decisiva das enfermeiras norte-americanas Ella Hasenjaeger e Gertrude Hodgman, esta última, diretora do "Nursing Training Program for Brazil" (CARVALHO, 1989, p.45).

O prédio da Escola, que levou quatro anos para ser construído⁵², foi planejado pelo arquiteto da Fundação Sesp, Peter Pfisterer, o qual previu apenas uma sala de aula pois acreditava que a Escola continuaria a utilizar o



A esquerda, Figura3: Edith Fraenkel. A direita, Figura4: Ella Hasenjaeger. Fonte: Carvalho (1976, p. 28 e 274)

espaço físico do Hospital das Clínicas. Foi uma projeção errônea que trouxe vários contratemplos ao longo dos anos, devido ao crescimento da Escola (PINHEIRO, 1967). Por outro lado, durante o tempo em que a sede da EESP foi o Hospital das Clínicas, aconteceram inúmeros atritos entre a direção da Escola e a do Hospital, principalmente porque os médicos alegavam que a efusividade das alunas de enfermagem perturbava o repouso dos pacientes hospitalizados causando muitos transtornos.

Cinco meses após o início da primeira turma, foi admitida a segunda com 41 alunas, sendo 28 delas bolsistas do Sesp e provenientes dos estados do norte, centro e sul do país. A partir de 1945, as bolsistas do Sesp passaram a integrar as escolas⁵³ da região de origem das mesmas. Dessa turma, diplomaram-se 37 alunas, o que demonstra que o índice de evasão foi muito menor, quando comparado com o da primeira turma.

No ano de 1946, a EESP foi equiparada à Escola Anna Nery através da promulgação do Decreto 21.855, de 21 de outubro do mesmo ano, o que veio a oficializar os diplomas conferidos por ocasião da formatura da primeira turma e fechando assim o primeiro ciclo de existência da Escola.

Considerações finais

Ao se estudar, mesmo que alguns aspectos da trajetória da enfermagem na sociedade brasileira, podemos reconhecer o quanto foi árduo o caminho percorrido por nossas antecessoras para que hoje possamos ocupar um espaço mais adequado.

Muitas foram as representações dispensadas ao “ser enfermeira” durante os anos,

nos quais as contribuições e serviços prestados pela enfermagem receberam rotulações diversas de acordo com o papel desempenhado pelos seus exercentes junto à sociedade brasileira.

Diante de tantas transformações na esfera social, política e econômica brasileira, a enfermagem se viu em condições de enveredar por caminhos que objetivavam a capacitação e a qualificação profissional. É nesse contexto que se inicia a criação das instituições de ensino de enfermagem nos moldes anglo-americanos, tendo como ponto de partida a Escola Anna Nery, no então Distrito Federal, que reconhecida oficialmente, foi por longos anos a escola-padrão do sistema educacional brasileiro, servindo de parâmetro e incentivo para estabelecimento de tantas outras escolas de enfermagem.

Após 16 anos da criação da Escola Anna Nery, ou seja, em 1938, é fundada, em São Paulo, a Escola de Enfermeiras do Hospital São Paulo, originária das pretensões da Escola Paulista de Medicina em conjunto com a Igreja Católica, a qual objetivava reaver o prestígio perdido com o passar dos anos. Essa escola foi a precursora do processo de reconhecimento da enfermeira diplomada pela sociedade paulista e teve como principal colaboradora Madre Marie Domineuc, dotada de um espírito incansável de luta, dedicada e inovadora nos seus importantes feitos pela enfermagem brasileira.

No ano de 1942, quatro anos após a criação da EEHSP, surge a Escola de Enfermagem de São Paulo, com uma estruturação radicalmente oposta àquela. A EESP se caracterizou como uma instituição abstraída de bases religiosas, que, configurada pelo contexto governamental da época, teve a sua organização fortemente definida pelos preceitos norte-americanos de ensino em

enfermagem. A figura de destaque na sua trajetória, sem sombra de dúvidas, foi a professora Edith de Magalhães Fraenkel, mulher de opinião estruturada e ideais definidos, principal responsável pela construção da EESP. A criação dessa Escola deu novos rumos à enfermagem brasileira e, com isso, outras características foram incorporadas ao perfil profissional da enfermeira.

Claro que através da história é possível perceber o crescimento paulatino e constante da enfermagem, seja no campo intelectual, cultural ou físico. As duas escolas enfocadas nesse trabalho, concebidas e desenvolvidas sob a égide do modelo anglo-americano de ensino

de enfermagem, deram a sua contribuição e ainda desempenham forte papel de líderes nesse contexto. Outras a elas se sucederam e hoje existem mais de uma centena e meia de cursos de enfermagem de nível superior.

Mas uma longa trajetória ainda há de ser percorrida para que o ensino de enfermagem em nosso país atinja objetivos mais amplos, ou seja, que contribuam para que a arte de cuidar se manifeste de tal forma a não deixar dúvidas quanto a sua importância social, política e econômica.

The adoption of the anglo-american teaching model of Nursing in the city of São Paulo.

Abstract

Social-historical study that has as object the paths of the two first schools for nursing that adopted the anglo-american teaching model in the city of São Paulo. They are: The School of Nurses from São Paulo Hospital (EEHSP) and São Paulo Nursing School (EESP). Period studied: 1938-1946. Objectives: Describe the characteristics of these schools by the time they were created and discuss the circumstances which favored their creations as well as the aim for the official school standart. The facts show that the EEHSP was the precursor of the recognition's process of the graduated nurse by São Paulo's Society and had as main collaborator Mother Domineuc. In 1942, it appears that EESP was characterized as an institution abstracted from religious basis and had its organization strongly defined by the American precepts of Nursing Teaching. The main person in the origin of her path was Edith Fraenkel, a woman of structured opinion and defined ideals.

Keywords: History of Nursing. Nursing Schools. Brazil.

La adopción del modelo angloamericano de enseñanza de enfermería en la capital paulista

Resumen

Estudio socio-histórico que tiene por objeto las trayectorias de las dos primeras escuelas de enfermería que adoptaron el modelo angloamericano de enseñanza en la capital paulista. Ellas son: la Escuela de Enfermeras del Hospital Sao Paulo (EEHSP) y la Escuela de Enfermería de Sao Paulo (EESP). Recorte temporal: 1938-1946. Objetivos: describir las características de esas escuelas a la época de su creación y discutir las circunstancias que favorecieron tanto la creación como la equiparación de las mismas a la escuela oficial padrón. Los datos demuestran que la EEHSP fue la precursora del proceso de reconocimiento de la enfermera diplomada por la sociedad paulista y tuvo como principal colaboradora a la Madre Domineuc. En el año de 1942, surge la EESP que se caracterizó como una institución abstraída de bases religiosas y tuvo su organización fuertemente definida por los preceptos norteamericanos de enseñanza de enfermería. La figura de destaque en los orígenes de su trayectoria fue Edith Fraenkel, mujer de opinión estructurada e ideas definidas.

Palabras clave: Historia de la enfermería. Escuelas de enfermería. Brasil.

Referências

- ARRUDA, José Jobson. **Brasil: império e república**. São Paulo: Ática, 1998.
- BAPTISTA, Suely de Souza; BARREIRA, Ieda de Alencar. Condições de surgimento das escolas de enfermagem. **Escola de Enfermagem Anna Nery Revista de Enfermagem**, ano I, n.2, dez.1997.
- CARVALHO, Amália C. de **Resumo histórico: 1942-1980**. São Paulo: EDUSP, 1989.
- CARVALHO, Anayde C. de **Documentário: Associação Brasileira de Enfermagem (1926-1976)**. Brasília, 1976.
- EL KHALILI, M. A influência das irmandades na assistência médico-hospitalar brasileira. **Revista Brasileira de Enfermagem**, n.3, p.14-15, set. 1971.
- FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1999.
- FRANCO, Laís Helena Ramos de Oliveira. Jubileu de ouro da Escola Paulista de Enfermagem. **Revista Comemorativa da EPE/EPM**, maio1989.
- FROTA, Guilherme de Andrea. **Panorama histórico brasileiro**. Rio de Janeiro: Brasil,1986.
- PINHEIRO, Maria Rosa Souza. A enfermagem no Brasil e em São Paulo. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v.15, n.5, p.432-478. out.1962.
- SOUZA, Andréa Raquel de; BAPTISTA, Suely de S. A criação e o legado da Escola de Enfermeiras do Hospital São Paulo. **Revista Acta Paulista de Enfermagem**, 2001.
- VIANNA, Lucila Amaral Carneiro. Enfermagem: a vida abnegada à autodeterminação profissional. **Revista Acta Paulista de Enfermagem**, v.13, n. especial, parte I, p.17-26, 2000.

Notas

¹ Trabalho de conclusão de curso de graduação, classificado em 1º lugar no prêmio Anna Nery, oferecido pelo Núcleo de Pesquisa de História da Enfermagem Brasileira (Nuphebras) – agosto de 2001.

² Atual Departamento de Enfermagem da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

³ Atual Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo.

⁴ Pelo Decreto nº 20.109, de 15 de junho de 1931, e até a Lei 775/49, a Escola Anna Nery, foi tida como Escola Oficial Padrão para a criação e o reconhecimento das demais escolas de enfermagem que viessem a ser criadas no Brasil.

⁵ No dia 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas apoiado por forças militares, dissolveu o Congresso Nacional e assumiu o poder de forma arbitrária.

⁶ A eclosão da 2ª Guerra Mundial intensificou o interesse do governo no avanço do setor industrial e isso foi concretizado por ocasião de um acordo firmado entre o Brasil e os EUA, que através de financiamentos propiciou a construção da primeira grande usina siderúrgica: a de Volta Redonda no ano de 1941.

⁷ Esta constituição dispensou atenção especial aos assuntos relacionados à legislação dos direitos trabalhistas, entre os quais a jornada de trabalho de 8 horas e o direito a férias remuneradas.

⁸ As bases governamentais de Vargas viam na criação de escolas o instrumento ideal para a difusão da sua ideologia desenvolvimentista, além de facilitar o acesso das camadas populares à formação profissionalizante e obter, com isso, um maior número de trabalhadores qualificados.

⁹ Em 1943, foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) inspirado em concepções fascistas e nazistas no intuito de fiscalizar as informações passadas à população.

¹⁰ Um claro exemplo disto foi o “Manifesto dos Mineiros” em protesto à postura do governo, que pressionado pelos EUA, manteve-se contra os regimes totalitários europeus por ocasião da 2ª guerra mundial. Esse documento, elaborado por intelectuais e políticos do estado de Minas Gerais, em outubro de 1943, dispunha sobre a situação contraditória do governo Vargas durante a 2ª guerra mundial. Nesta ocasião, o Brasil se opunha às forças do Eixo mas mantinha o estilo ditatorial empregado desde o início do governo. Sobre o assunto ver Boris Fausto, *História do Brasil*, 1999.

¹¹ Vencedor da eleição democrática ocorrida no dia 2 de dezembro de 1945.

¹² Tais acontecimentos atingiram diretamente o povo brasileiro que se confrontou com a privação de alimentos básicos e a submissão da classe trabalhadora à exploração. Este conjunto veio a fortalecer as bases e intenções do Partido Comunista do Brasil, que teve a sua voz calada em maio de 1947. Nesta ocasião, o mundo se encontrava imerso na Guerra Fria; um confronto não bélico estabelecido entre os EUA e a URSS. O general Dutra pressionado pelo governo norte-americano, decretou a ilegalidade do PCB, rompeu relações diplomáticas com a URSS e cassou o mandato dos parlamentares comunistas. (Fausto, 1999, p.78)

¹³ O Plano Salte foi divulgado em maio de 1948, destacando-se como o primeiro plano econômico do país, embora não tenha sido implementado com sucesso.

¹⁴ A cidade de São Paulo foi fundada no dia 25 de janeiro de 1554, constituída por uma área de aproximadamente 1515,55 Km²

¹⁵ Como exemplo podemos citar a mobilização de 6 mil operários reivindicando melhores condições de trabalho na qual o governador do estado, Altino Arantes, autorizou os soldados da Força Pública Paulista a dar fim às manifestações. A intervenção do governo foi desastrosa e culminou na morte de um operário

agravando ainda mais a situação. Sem alternativas, o governador Arantes e empresários cederam à pressão da classe trabalhadora e atenderam às suas solicitações.

¹⁶ A maior parte do contingente de imigrantes era de descendência europeia com vinculação ideológica ao anarquismo ao sindicalismo europeu.

¹⁷ A prova disto foi o grande número de mansões erguidas em bairros nobres de São Paulo, construídas com ferragens importadas da Inglaterra, mármore da Itália e cristais da França.

¹⁸ O conde Francisco Matarazzo iniciou suas atividades no Brasil em 1882, como pequeno comerciante. Porém, no início do século XX já era proprietário de um verdadeiro complexo industrial, localizado principalmente no Vale do Anhangabaú.

¹⁹ A Revolução Constitucionalista se iniciou em 9 de julho de 1932 e terminou em 4 de outubro do mesmo ano.

²⁰ O governo de Getúlio Vargas teve início com a deposição de Washington Luís, que foi forçado a deixar o governo acusado pelo assassinato de seu adversário político, João Pessoa.

²¹ Uma exaltação à supremacia paulista era ilustrada por uma figura na qual São Paulo era uma locomotiva que puxava vinte vagões vazios, que representavam os Estados da federação.

²² Apesar de, para suprir a deficiência de armamento e munições dos revolucionários, serem utilizados recursos industriais e lançada a campanha “Ouro para o bem de São Paulo”, na qual várias famílias paulistas atenderam o apelo procedendo à doação de jóias e outros bens em prol do sucesso do movimento (Fausto, 1999,p.346).

²³ A Revolução de 1932 marcou o ingresso da aviação no Brasil como arma de combate (Fausto, 1999, p.350).

²⁴ Armando de Salles era filiado ao Partido Democrático e cunhado de Júlio Mesquita Filho, diretor do jornal “O Estado de São Paulo”. Substituiu o embaixador Pedro de Toledo, que em 10 de julho de 1932 pediu demissão do cargo de interventor de São Paulo e proclamou-se governador do Estado de São Paulo.

²⁵ Este plano dispunha sobre a redução dos débitos da oligarquia cafeeira paulista junto aos bancos e ao governo federal.

²⁶ Sobre o assunto ver Boris Fausto “História do Brasil”, 1998, p.353-356.

²⁷ Adhemar de Barros permaneceu no cargo de interventor federal, de 1938 a 1941, quando assumiu Fernando Costa.

²⁸ Na década de 40, São Paulo já contava com 12 500 novos edifícios, entre os quais o Estádio do Pacaembu.

²⁹ Atual Hospital Emilio Ribas, referência para diagnóstico, pesquisa e ensino de doenças infecto-contagiosas.

³⁰ O aumento do contingente populacional deveu-se a correntes imigratórias, principalmente da Itália, para atuarem nas lavouras de café.

³¹ Atual Escola de Enfermagem Lauriston Job Lane que teve por primeira diretora a enfermeira inglesa Miss Lisbeth D. Price. A criação desta Escola constituiu a primeira tentativa de implantação do sistema nightingale de ensino no Brasil (Baptista, 1995, p.26).

³² O sr. Achau, era de origem chinesa convertido ao protestantismo. Quando idoso, foi hospitalizado na Santa Casa da Misericórdia de São Paulo, e notou que devido a sua opção religiosa não mereceu, por parte das Irmãs da Caridade, a mesma atenção dispensada aos demais pacientes. Em 1884, o sr. Achau faleceu deixando parte de seus bens para a construção de um hospital evangélico.

³³ Decreto nº 20.109, de 15 de julho de 1931.

³⁴ Uma das confirmações desta disposição do Governo Vargas está no número de instituições criadas à época, entre as quais catorze escolas de enfermagem (Baptista; Barreira, 1997)

³⁵ O acordo com a Arquidiocese de São Paulo foi mediado por D. Jose Gaspar de Affonseca e Silva, arcebispo do Estado, embaixado pela necessidade da Igreja Católica de criar uma escola de enfermagem que fosse dirigida por religiosas. Isto deveu-se à promulgação do Decreto nº 20.109, de 15 de junho de 1931. Informações detalhadas sobre a questão ver: Souza e Baptista, 2001.

³⁶ Decreto nº 9.101 de 24 de março de 1942.

³⁷ Fonte: Carta nº 5 452 de 14/12/1938; localização: Arquivo Histórico do Departamento de Enfermagem da Unifesp.

³⁸ Laís Netto dos Reis era uma católica convicta.

³⁹ Fonte: Relatório Anual das Diretoras –1939; localização: Centro de Documentação da EEAN/UFRJ.

⁴⁰ Nascida Jeannie Rouquet, Madre Domineuc se tornou uma figura de grande vulto na enfermagem brasileira. Entre seus inúmeros feitos está a criação do Amparo Maternal (SP) em 1939, a realização da 1ªSemana de Estudos de Enfermagem em SP e a contribuição para o funcionamento da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas (Abed).

⁴¹ Madre Maria das Dores tinha por nome civil Lygia Rabello Dias. Em virtude da saúde frágil que apresentava, recebeu a seguinte avaliação de Bertha Pullen, diretora da EAN em 1937: “esta aluna é muito dedicada, paciente, esforçada e carinhosa. Sua saúde, porém, nunca permitirá que seja uma enfermeira de nível superior” (Souza e Baptista, 2001, p.8).

⁴² Maria Áurea da Cruz permaneceu no cargo de diretora até 1945, quando solicitou licença para ingressar na Ordem das Religiosas Franciscanas de Maria e reassumiu novamente o cargo em 1948 sob o nome de Madre Áurea da Cruz.

⁴³ Estas irmãs tinham realizado estudos de enfermagem fora do Brasil. Três Irmãs revalidaram seus diplomas na EAN em 1939: Maria de Fontenelle, Maria Hermana Jose e Madre Marie Domineuc.

⁴⁴ A primeira turma iniciou com duas candidatas: Adele Salvatori e Djanira Fernandes da Silva.

⁴⁵ A Escola Médica denominação à época, funcionava precariedade nas instalações da Escola de Comércio Álvares Penteado. No ano de 1934, foi instituída a Universidade de São Paulo (USP) a partir do decreto estadual nº6283, assinado pelo interventor de São Paulo, Armando de Salles. Em virtude do mesmo documento a Faculdade de Medicina foi integrada à recém-inaugurada USP. Esta universidade fazia parte do projeto cultural nacionalista empreendido por Getúlio Vargas, preocupado com incremento da pesquisa aplicada à industrialização e ao desenvolvimento econômico do país.

⁴⁶ Em 1921 a Fundação Rockefeller enviou ao Brasil, miss Ethel O Parsons chefiando a missão de cooperação solicitada pelo dr. Carlos Chagas. Uma das primeiras providências tomadas foi a criação da Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública, que posteriormente passou a denominar-se de Escola de Enfermagem Anna Nery.

⁴⁷ Edith de Magalhães Fraenkel era, à época, a superintendente do Serviço de Enfermagem do Ministério da Educação e Saúde.

⁴⁸ Entre elas estavam: Hilda Anna Krisch, Zélia Constantino de Carvalho, Haydée Guanais Dourado, Maria Cecília Penteado e Raquel Weingarten.

⁴⁹ A primeira dupla de visitadoras sanitárias a ir para o exterior era formada por Zilda Almeida de Carvalho e Maria Rosa Souza Pinheiro, que estagiaram na Universidade de Toronto, Canadá.

⁵⁰ Inicialmente, Edith Fraenkel contou com a participação da enfermeira Luiza Then Araújo, diplomada na EAN em 1925 e que foi responsável pela tradução dos textos que serviram de subsídio para o planejamento do currículo da nova escola.

⁵¹ De acordo com o currículo da escola, cada aluna deveria cumprir 1095 dias de trabalho. A carga horária era distribuída em 44 horas semanais de estudo; 70 dias de férias e 34 meses de ensino efetivo. Em caso de faltas, estas eram compensadas ao término do curso.

⁵² Com a entrada dos Estados Unidos na 2ª Guerra Mundial, houve a diminuição no fornecimento de material de construção e de mão-de-obra.

⁵³ De 1940 a 1945 foram criadas as seguintes escolas de enfermagem no país: a EE do Hospital São Vicente de Paulo - GO (1943); a EE da USP - SP (1942); a EE Hugo Werneck - MG (1945); a EE Nossa Senhora das Graças - PE (1945); a EE do Pará (1944); a EE Rachel Haddock Lobo - RJ (1944); a EE São Francisco de Assis - MA (1945); a EE São Vicente de Paulo - CE (1943); e a EE São José - SP (1945).

Sobre os autores

Andréa Raquel de Souza

Acadêmica da EEAN/UFRJ; bolsista IC/CNPq; membro do Nuphebras.

Suely de Souza Baptista

Profª Titular do Departamento de Enfermagem Fundamental da EEAN/UFRJ; pesquisadora do CNPq; membro do Nuphebras.

